

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1302 - 25/05/2015 a 31/05/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

AFTOSA

O PARANÁ NO RUMO CERTO



PECUÁRIA

Um plano de
Desenvolvimento

ARAUCÁRIA

Os riscos do
Símbolo do Paraná

HISTÓRIA

O "Senta a Pua"
na segunda guerra

Aos Leitores

“NAVEGAR É PRECISO”

Dormia

A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações

Os versos da música de contestação ao regime militar de Chico Buarque, hoje porta-estandarte do PT, já completou 30 anos, e a Operação Lava Jato na Petrobras e vizinhanças a tornou atualíssima. Os versos da composição comparam a situação política do país naquela época a um sanatório geral.

Hoje há realmente um cenário esquizofrênico movido pela situação econômica criada nos últimos quatro anos, que, para ser corrigida, necessita de decisões políticas. Ocorre que o governo adotou exatamente o contrário que anunciou na propaganda eleitoral, empregou as medidas que a oposição sabia e defendia para o país. Mas a oposição, agora, é contra o que pretendia adotar, se eleita.

Não dá para dormir com um barulho desses. A conta não está sendo paga – e ainda vai aumentar, por quem jogou a economia no precipício, mas por nós, os contribuintes.

Como dizia o poeta e escritor português Fernando Pessoa “navegar é preciso”. É o que pelo menos um setor da economia vem fazendo e há décadas. “O agronegócio vem obtendo sucesso num ambiente hostil em que outros setores, especialmente a indústria, vem quebrando a cara. Avança a despeito da política econômica muitas vezes predatória”. O autor é o colunista do Estadão, Celso Ming, que está na página 19. Navegar é preciso.

Índice

Sanidade	03
Pecuária	08
Aruacária em Risco	10
História - Senta a Pua	14
Preservação do Solo	16
Celso Ming	19
CAR	20
Mandioca	21
Frente Sucroenergético	22
Cursos da Adapar	23
Recorde em Paranaguá	24
Leitor em Foco	25
Conseleite	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedir-se citar a fonte.

Fotos da edição 1302: Fernando Santos, Frimesa, AEN, APPA, Arquivo FAEP e Divulgação.

“Uma decisão invejável”

“É inegável a evolução do Brasil na luta para erradicar a febre aftosa, um trabalho muito bem coordenado, que prosperou principalmente após engajamento do setor privado”. (Sebastião Guedes)



O médico-veterinário Sebastião Costa Guedes preside o Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa (Giefa), organismo que busca eliminar a febre aftosa na América do Sul.

Respeitado pela longa experiência na área de sanidade animal, Guedes esteve na sede da FAEP, em Curitiba, no último dia 12, convidado para a primeira reunião do Núcleo Região Sul do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), do qual é vice-presidente. Esse núcleo reúne os Estados do Paraná, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul, que possuem peculiaridades específicas em relação à cadeia de bovinocultura de corte.

Ele concedeu entrevista ao jornalista Igor Castanho, da área de agronegócios da “Gazeta do Povo”, e a repórter Katia Santos, deste BI, acompanhou a longa exposição de Guedes. O resumo de suas observações sobre a questão da sanidade, a suspensão da vacinação contra aftosa no Paraná, em andamento, e uma panorama sobre o controle dessa doença no continente estão nessa entrevista.

Como o Sr. avalia a iniciativa do Paraná de acabar com a vacinação do gado contra a febre aftosa?

Sebastião Guedes - Eu acho que é uma iniciativa bastante positiva. O Paraná vai dar um exemplo de pioneirismo, vai furar a fila e começar com esse grande desafio. Esperamos que siga, porque o governador já autorizou o aumento de quadros, estão sendo seguidos os pré-requisitos recomendados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), e o Ministério apoia essa iniciativa do Paraná. Nós temos real-

mente que zelar pela rentabilidade do setor produtor e especialmente dos pequenos e médios proprietários, como os suinocultores, mas atinge toda a cadeia da produção de proteína animal. Ela vai usufruir de grandes vantagens na comercialização.

Há riscos nessa iniciativa?

SG - Toda ação envolve um desafio, um risco, mas as chances do Paraná ter sucesso são enormes. Foi uma decisão corajosa, invejável. Se vocês têm a infraestrutura para tomar a decisão têm que fazê-la. O mercado internacional de carne sem vacinação. O Paraná está no caminho certo e esse negócio de quem vai na frente a cobra pica – agora tem o soro.

Se me perguntarem, eu direi: se forem atendidos todos os pré-requisitos, podemos tirar a vacinação contra a febre aftosa no Paraná, a resposta é sim.

Essa atitude do Paraná causará inveja nacional e internacional. Temos no Brasil todos os qualificativos para evoluir e o Paraná vai puxar a fila. Logo em seguida virão São Paulo e Rio Grande do Sul, depois Minas Gerais e Goiás.

O Brasil precisa iniciar esse processo de retirada da vacina da aftosa, pois 2020 é o prazo previsto pelas entidades sulamericanas para que o continente seja território livre da doença sem vacinação.

Como a suspensão da vacina da aftosa é vista internacionalmente?

SG - É uma tendência mundial, pois permite acesso a novos mercados e com maior valor agregado. A barreira externa criada pela aftosa é basicamente uma barreira econômica. Ao se tornar uma área livre sem vacinação, pode-se acessar mercados mais importantes como Estados Unidos, Japão, Cingapura e Coreia de Sul. Os países exigem a criação de áreas livres porque a vacinação indica que ainda há circulação do vírus. Os produtos também passam a valer mais. Por exemplo: o Japão paga US\$ 20 mil pela tonelada de língua bovina, mas exige que

os animais não sejam vacinados. A mesma língua, de gado vacinado, é vendida a US\$ 4 mil ou US\$ 5 mil, no máximo.

Qual a situação das áreas livres sem vacinação no continente americano?

SG - Na América do Sul temos o Chile 100% livre, o Peru com 98% da área sem vacinação, além de parte da Colômbia e da Bolívia, o Sul da Argentina, as Guianas e o estado de Santa Catarina, no Brasil. Na América Central nunca houve casos e na América do Norte também não se faz mais vacinação.

Como está a circulação do vírus na América do Sul?

SG - O Centro Pan-americano de Febre Aftosa (Panaftosa) faz levantamentos técnicos e não detectou indícios de circulação viral no continente. A grande incógnita é a Venezuela. Ela não revela a existência de focos mas existe uma suspeita grande de que a doença esteja no país. Mas isso só é preocupante para o Brasil na fronteira com Roraima. Temos que reforçar a defesa agropecuária lá. Além disso, não vem gado da Venezuela para o Brasil, reduzindo drasticamente o risco. A Venezuela é o mundo velho sem porteira. O Mercosul em questões sanitárias não resolve nada. Temos uma capacidade enorme de nos apegarmos em termos de acordos comerciais.

Nos demais países o controle é eficiente. O Equador reduziu para zero o número de focos em quatro anos. A Colômbia tem um programa de controle bem administrado. O Paraguai melhorou muito no controle e tem apoiado intensamente outros países, alocando técnicos e disponibilizando recursos. O Uruguai segue vacinando. De modo geral, a situação em relação aos vizinhos do Brasil é tranquila.

Há riscos de reincidência da doença nas áreas livres?

SG - Cinco anos depois de obter o status de área livre sem vacinação o Chile voltou a registrar focos da doença, mas que

foram rapidamente contornados. Desde então, há 30 anos, não há mais casos da doença no país. É importante destacar que hoje existem elementos que aumentam muito a segurança para tirar a vacinação. Quando o Chile suspendeu, por exemplo, não se fazia a sorologia [coleta de amostras de sangue] e nem controle da circulação viral. Atualmente há mais entrosamento e troca de informação entre os países. Basta seguir os pré-requisitos básicos: não ter circulação viral, consolidar uma estrutura de defesa agropecuária adequada ao tamanho da área do rebanho, ter os conceitos de vigilância passiva, ou seja, que o produtor denuncie possíveis casos. Mas o mais importante é a estrutura de pessoal e a formação barreiras entre estados e países. Quando ocorreram focos da doença no Rio Grande do Sul, em 2001, houve muita pressão para que Santa Catarina voltasse a vacinar, mas o estado manteve sua posição, confiando no sistema de defesa, e acabou não registrando nenhum foco.

O reconhecimento de área livre sem vacinação pode causar falta de carne ou de vacina, em caso de reincidência?

SG - É uma questão de adaptação. A legislação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) prevê que animais das áreas com vacinação possam entrar nas áreas sem vacinação, desde que seja para abate. Então não há risco de déficit nos frigoríficos. Sobre as vacinas, o Brasil tem um parque industrial que pode produzir 600 milhões de doses por ano, mas só consome cerca de 330 milhões. Se ocorrer alguma fatalidade terá vacinas tranquilamente.

A suspensão da vacinação em bloco é mais eficiente? Qual sua posição?

No caso do Brasil, a aprovação por estado é mais prática. Há um componente político forte, já que as prioridades dos governos são diferentes, o repasse de verbas federais também muda. Acho que o Paraná está no caminho certo.

O mapa dos rebanhos

Hoje a atual situação do Brasil: 77,2% do território nacional é reconhecido como livre de febre aftosa e envolve 25 estados brasileiros, 99% do rebanho doméstico susceptível está vivendo em zonas livres da doença. A última ocorrência de febre aftosa no país foi registrada em 2006. O Estado de Santa Catarina está reconhecido pela OIE como zona livre de febre aftosa sem vacinação desde 2007. No ano de 2014, oito Estados da região Nordeste e parte do Pará receberam status de livre com vacinação pela OIE. Faltam apenas incluir os Estados do Amapá, Roraima e parte do Amazonas nas zonas livres e teremos todo o país sem a doença.

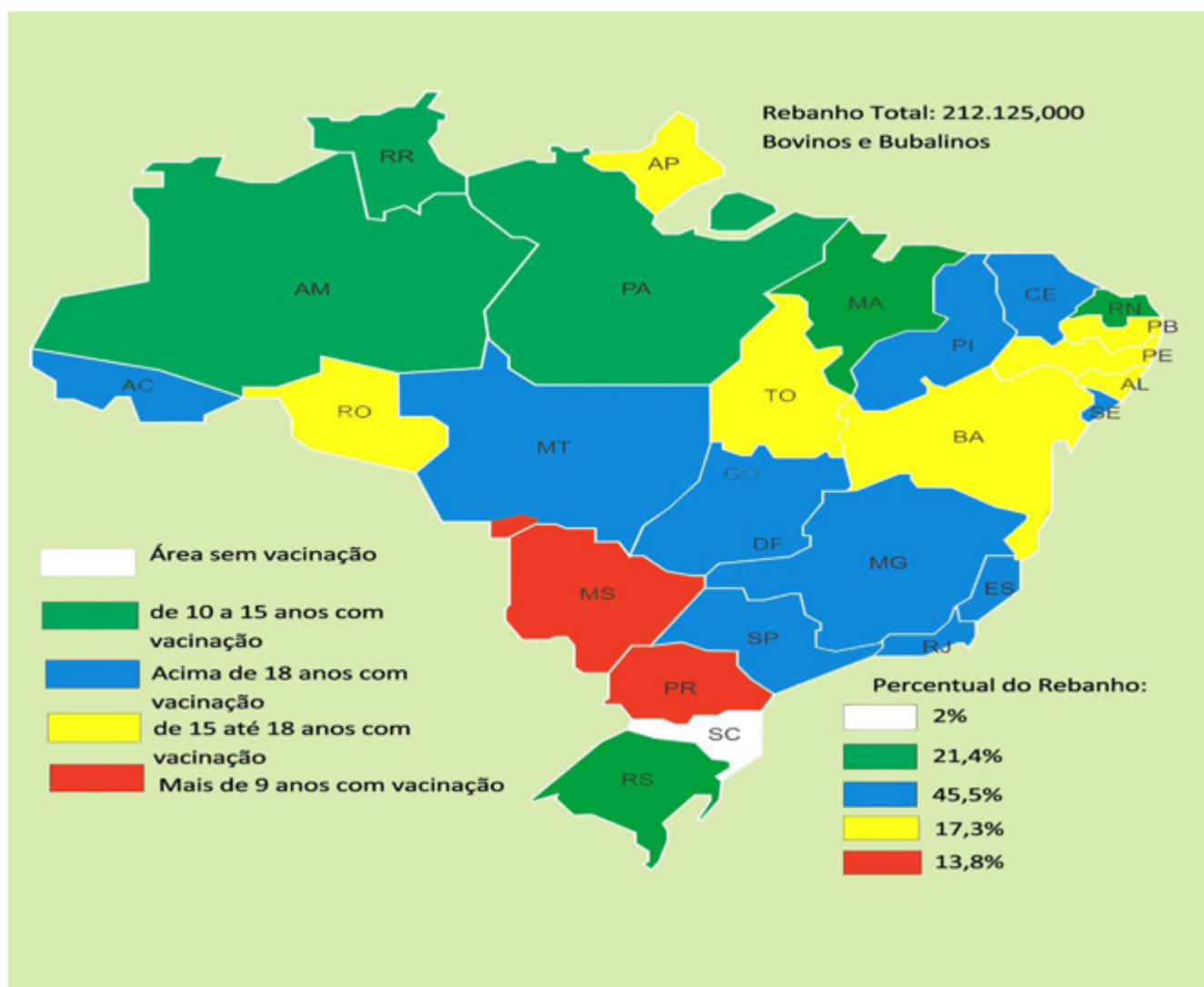
Sebastião Guedes faz uma avaliação das áreas de risco no Brasil susceptíveis à doença e o tamanho dos rebanhos.

1 – Amapá, Roraima, Amazonas – detém 1,1% do rebanho brasileiro o que representa 2.341.000 cabeças. Nesses Estados não há presença do vírus e o tamanho do rebanho é insignificante.

2- Santa Catarina – 4.282.000 bovinos com 2% do rebanho brasileiro. Área livre sem vacinação.

3 – Área livre com vacinação – 205.502.000 cabeças que representa 96,9% do rebanho.

Nessa área dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a vacinação deveria permanecer por um período mais longo devido à promiscuidade fronteiriça, principalmente pela situação da Bolívia. O Brasil ainda faz vacinação contra aftosa na Bolívia em um raio de 50 quilômetros, mas o atual governo tem dificultado esse processo. A fronteira com o Paraguai não é motivo de preocupação, a situação melhorou muito nesse país.





A expectativa da indústria

Elias Zydek (Frimesa)

“Sessenta e oito por cento dos países compradores de suínos deixam de comprar devido à questão da vacinação” A área livre de vacinação é a libertação do mercado”. A avaliação é do diretor-executivo da Frimesa, Elias José Zydek. A empresa, junto as cinco cooperativas filiadas (Primato, Copacol, C.Vale, Copagril e Lar) movimentou R\$ 14,25 bilhões no ano passado. Com mais de cinco mil produtores que atuam como parceiros e fornecedores de matéria-prima, a Frimesa gera 6.400 mil empregos diretos e 20 mil empregos indiretos.

Hoje, a empresa abate diariamente 6.300 suínos, resultado de 1.200 produtores integrados. No ano passado, o volume de exportação da carne somou US\$ 60 milhões. Segundo Elias,

esse valor poderia atingir US\$ 80 milhões caso o Paraná tivesse o status de área livre da peste suína, assim como área livre de febre aftosa sem vacinação reconhecida pela OIE. Temos apenas 32% do mercado mundial”, observou.

De acordo com ele, o status de área livre sem vacinação vai permitir que os paranaenses exportem a carne suína para países como o Japão, onde a remuneração pelo produto é 15% superior. “Nós só temos a ganhar com o fim da vacinação”, acrescentou.

Investimento de R\$ 2,5 bi em A. Chateaubriand

Com o certificado da OIE, Elias conta que a Frimesa pretende investir R\$ 2,5 bilhões na construção de um frigorífico com capacidade de abate para 14 mil suínos por dia, em Assis Chateaubriand, região Oeste do Estado. “Já compramos o terreno, mas só iremos continuar investindo na construção do frigorífico se conquistarmos o status de uma área livre de vacinação”.

Na avaliação do diretor-executivo, todos os elos da cadeia produtiva irão ser beneficiados com o fim da vacinação. “Os produtores terão economia com os custos das vacinações, além disso os animais produzidos no Paraná terão um status diferenciado no mercado externo. Os consumidores terão maior segurança alimentar e com o aumento da demanda externa, o mercado interno não terá excedentes e isso sustentará preços melhores”.

A empresa

Com sede em Medianeira, a Frimesa atualmente conta com cinco unidades distribuídas no Paraná, uma unidade no Estado de Santa Catarina, um posto de recebimento de leite em Mato Grosso do Sul e outras oito filiais de vendas nos Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vários distribuidores e representantes nas principais capitais brasileiras. Hoje, a empresa comercializa mais de 370 produtos.



Frans Borg (Castrolanda)

“Temos a obrigação de conquistar o status de área livre de vacinação”

Assim como Elias, o presidente da Cooperativa Castrolanda Agroindustrial, Frans Borg, defende o fim da vacinação de febre aftosa. “Isso representa um grande avanço seja para o Paraná como ao Brasil. Nós temos a obrigação de conquistar o status de área livre sem vacinação para nos adaptarmos às regras internacionais e conquistarmos mais mercados lá fora”, analisou.

Ele lembrou o episódio que ocorreu há 10 anos, quando um foco de febre aftosa sacrificou mais de dois mil bovinos em uma propriedade na região Norte do Paraná. “Devido à doença a

gente não podia vender para fora do Estado, o que provocou enormes prejuízos”.

Atualmente, a Castrolanda envolve 820 produtores cooperados que atuam na área de grãos, batatas, leite, suínos e ovinos. O movimento bruto da cooperativa em 2014 atingiu o montante de R\$ 1,95 bilhões, com a geração de 1.400 empregos diretos e 5.000 indiretos.

Os maiores faturamentos por área foram dos lácteos (30,2%), seguido da soja (13,9%) e suínos (10,6%), sendo o restante das participações (45,3%) representadas por outros produtos e insumos agropecuários, industrializados e serviços. Em parceria Cooperativas Batavo e Capal, a cooperativa inaugurou no ano passado um frigorífico de suínos com o abate de 2.300 animais por dia.

A Castrolanda, com a matriz sediada em Castro, região dos Campos Gerais, está presente em quase 20 cidades do Estado.

O Sistema FAEP/SENAR-PR/Fundepec na reunião da OIE, em Paris

Neste final de maio ocorre a 83ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que reúne representantes dos seus 180 países membros e observadores de organizações internacionais, em Paris. Entre os observadores estarão Antônio Poloni e Ronei Volpi, do Sistema FAEP/SENAR-PR e Fundepec, que acompanham o principal trabalho da Assembléia - a adoção de novas normas internacionais aplicáveis às doenças animais, prevenção e controle, bem-estar animal e as trocas internacionais de animais e produtos de origem animal.

Como as principais autoridades em sanidade animal e vegetal do mundo estarão nesse evento, os dois representantes paranaenses aproveitarão para expor as bases e o calendário que está sendo desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), com o objetivo de tornar o Paraná um estado livre de aftosa, sem vacinação.

Um plano de voo para a pecuária no Paraná

Comissão de Bovinocultura de Corte reúne todos os elos da cadeia produtiva para fortalecer a atividade no Estado

Por Hemely Cardoso



Em torno de 70 profissionais da cadeia produtiva da pecuária do Paraná, da assistência técnica, extensão rural, pesquisa, ensino, indústria e produtores rurais se reuniram para definir um plano para desenvolver a pecuária paranaense. Foi o que ocorreu durante o workshop promovido pela Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, em Curitiba, nos dias 14 e 15 de maio. Havia gente de todo o Estado discutindo as metas e propostas para o Plano Integrado de Desenvolvimento da Pecuária de Corte do Paraná.

“Para desenvolvermos a atividade precisamos analisar o contexto atual da pecuária paranaense, identificar os desafios, a demanda do setor e, com isso definir as metas para o plano de ação de desenvolvimento da atividade”, disse o presidente da Comissão,

Rodolpho Luiz Werneck Botelho, durante a abertura do encontro.

Ao longo dos dois dias de workshop, os participantes se dividiram em grupos de trabalho e elencaram as principais medidas para promover o fortalecimento da pecuária paranaense e que irão contemplar o plano. Entre elas, a autossuficiência na produção de bezerras, sanidade animal, como uma área de livre de febre aftosa sem vacinação, a erradicação de brucelose e tuberculose, melhoria de índices zootécnicos e indicadores financeiros. Além dessas ações, os profissionais também listaram o incentivo a práticas sustentáveis, como a melhoria de pastagens, rotação de culturas, cruzamentos industriais, utilização de subprodutos na alimentação bovina, Integração Lavoura-Pecuária (ILP) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).

Sanidade e qualidade

Durante o encontro, o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, reforçou a necessidade do fortalecimento da pecuária no Paraná. “É necessária uma revolução na atividade para melhorarmos índices como, por exemplo, a taxa de natalidade, o ganho de peso dos animais e o tempo de abate”. Ele lembrou ainda do esforço em tornar o Estado uma área livre de aftosa sem vacinação. “Se por um lado estamos batalhando por isso, há um empenho coletivo para produzirmos uma carne de qualidade. Espero que todo mundo ganhe com essa iniciativa”, acrescentou.

Na avaliação do presidente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Rubens Ernesto Niederheitmann, que participou do evento, o Estado tem tecnologia e genética para desenvolver a pecuária, no entanto, a atividade não é organizada. “E enquanto só um setor ganha, a cadeia produtiva não vai para frente. Esse plano é fundamental para o avanço da atividade porque envolve todos os segmentos”, observou.

Para Paulo Rossi, professor e coordenador do Laboratório de Pesquisas em Bovinocultura (Lapbov) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é o início de um projeto sólido para o desenvolvimento e evolução da pecuária de corte no Paraná. “Só conseguiremos mudanças se houver um pacto com todas as lideranças reunidas durante o workshop. Temos muitos pontos a alinhar de agora para frente, mas chegaremos a um consenso”, destacou.

Segundo André Brugnara Soares, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR) em Pato Branco, o workshop foi muito positivo, principalmente pelo fato de ter conseguido reunir uma série de lideranças e profissionais do Estado. “O evento conseguiu juntar todos os elos da cadeia produtiva e discutimos ações que, com certeza, vão fazer diferença na pecuária paranaense”.

O próximo passo, a partir de agora, é definir os integrantes de um Comitê Gestor, que se encarregará de fazer uma triagem em relação às ações propostas, para incorporá-las ao Plano Integrado de Desenvolvimento da Pecuária de Corte do Paraná. “A integração e o comprometimento de todos os setores produtivos da pecuária vai ajudar na construção de projetos que irão compor esse plano, que certamente fortalecerá a atividade em todo o Estado”, avaliou Rodolpho.

“Sabemos que não podemos competir com outros Estados em relação a tamanho de área e rebanho, por isso temos que buscar diferenciais de produção como carnes de qualidade. Para isso estamos buscando parcerias e novas tecnologias para fortalecer a cadeia e melhorar a rentabilidade do produtor”.

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



Norberto Ortigara



Paulo Rossi



André Brugnara Soares



Rubens Ernesto Niederheitmann

A Araucária em risco

“Tentamos salvar pelo coração, com as homenagens, como símbolo do Paraná, etc. Não deu. Tentamos salvar pela caneta, com punições duras. Não deu. A saída agora é salvar pelo bolso”, Flávio Zanette, professor da UFPR.

Por André Amorim

Pinhão assado, cozido, sapeado. Sopa de pinhão, paçoca, ou farofa de pinhão. Aproveite para comer tudo isso enquanto você ainda pode, pois o fruto da araucária pode se tornar iguaria rara em um horizonte próximo.

Não se trata aqui de histeria ecológica, nem de alarmismo vazio. A araucária está numa encruzilhada preocupante, onde a falta de renovação da espécie pode comprometer o futuro da árvore-símbolo do Paraná.

Em uma viagem recente pelas regiões de Irati e da Lapa – onde existe grande concentração destas árvores – o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Flávio Zanette, um dos maiores pesquisadores da araucária do Brasil, fez uma triste constatação. “Não pude enxergar mais do que 20 araucárias com menos de 30 anos de idade”, afirmou. A percepção traz um diagnós-

tico preocupante: “Que futuro tem uma espécie que há 30 anos não tem um filho novo?”, pergunta.

O envelhecimento sem renovação é um mal silencioso, que causa uma falsa sensação de tranquilidade. Quando olhamos árvores frondosas, altas, com a copa no formato de um candelabro, logo concluímos que a espécie vai bem. Essa sensação é tão ilusória, que muitos de nós nem ao mesmo sabemos qual é a aparência de um pinheiro jovem. Hoje, segundo o professor Zanette, há muito mais mortes do que nascimentos de araucárias. Neste ritmo, ele calcula que em 15 anos (se não houver nenhuma intervenção) teremos muito pouco pinhão.

Os efeitos desse envelhecimento sem renovação já começam a surgir nos gráficos econômicos. Segundo levantamento do Departamento

de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), entre os anos de 2012 e 2013 houve um declínio de 35% na produção de pinhão no Estado. Segundo a autora do material, a engenheira florestal Rosiane Dorneles, do Instituto Florestas, sem renovação da população de araucárias, a tendência é que a produção caia ainda mais. Para ela, a fórmula para reverter esta situação passa por uma mudança na atual legislação, que é focada na punição. “Tem que haver uma mudança na legislação ambiental, que engessa a cultura, é muito restritiva e assim impede a regeneração”, afirma.

Lei engessada

A situação da *Araucária Angustifolia*, conhecida como Pinheiro do Para-

Paraná foi agravada ao longo dos anos, fruto de uma legislação severa que transformou a espécie numa árvore mal quista, que é logo arrancada do solo assim que começa a brotar, pois, uma vez em pé, não pode ser derrubada sob risco de punições severas, que incluem pesadas multas e até prisão.

São diversos dispositivos legais que regulam a exploração da araucária. Desde a Lei nº 9.605/1998, que trata dos crimes contra a flora, passando pela Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a proteção do bioma da Mata Atlântica, onde a espécie está inserida, até a resolução nº 278 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de maio de 2001, que proíbe o corte da árvore.

A legislação que freou a sã exploração da espécie é a mesma que hoje engessa sua exploração racional, condenando-a ao desaparecimen-

to. Durante as décadas de 1950 e 1960, a busca desenfreada pela sua madeira (de alta qualidade) levou a um grande desmatamento e colocou-a entre as espécies vegetais em risco de extinção. Estima-se que no último século 97% da área de floresta de araucária foi erradicada em todo país.

Este cenário demandou medidas punitivas duras (e necessárias na época), que deixaram os produtores receosos de terem em suas propriedades uma espécie como essa. Ainda hoje é comum encontrar nos jornais notícias de pessoas que foram presas pela derrubada de araucárias para extrair madeira.

“Essa legislação colocou o pinheiro como uma árvore sagrada, como é a vaca na Índia”, compara o membro fundador da Associação dos Pinhoeiros do município de Tijucas do Sul e de São José dos Pinhais (Assopinho), Luiz Roberto

Aleixo. Segundo ele, a legislação vigente criou uma imagem negativa da araucária. “Hoje se você plantar na sua propriedade, você fica refém dela”, observa.

Também o professor Zanette acredita que é necessário acabar com as políticas “policiais” que cercam a legislação que protege a araucária. “Precisamos adequar a legislação para dar confiança ao produtor rural, de que o que cresceu na propriedade é dele”, afirma. “Que ele plante na APP e na reserva legal para colher pinhão”, completa.

Pomar de pinhão

O viés econômico, aliás, é o que pode acabar salvando a araucária da extinção. “Tentamos salvar pelo coração, com as homenagens, como símbolo do Paraná, etc. Não deu. Tentamos salvar

pela caneta, com punições duras. Não deu. A saída agora é salvar pelo bolso”, observa Zanette. Sua tese é que ao fomentar a exploração do pinhão como alternativa de renda, as araucárias valerão mais em pé do que deitadas. Ou seja, que a venda da semente seja mais interessante ao produtor do que a venda ilegal da madeira.

No pico da safra, um quilo de pinhão é vendido no atacado por cerca de R\$ 3,00 e chega pelo dobro do preço (R\$ 6,00) ao consumidor final. O Paraná é o maior produtor nacional da semente. Segundo Aleixo, a Assopinho movimenta 200 toneladas do produto por ano, a maioria da produção vem de municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), de modo que se trata apenas uma fração do total produzido no Estado. Segundo dados do DERAL, a receita gerada pelo pinhão em 2013 foi de R\$ 8,2 milhões, com uma produção de 3,9 mil toneladas.

Com o conhecimento de quem está há 15 anos no mercado, Aleixo estima que nos últimos cinco anos o consumo de pinhão aumentou cerca de 50%. Hoje ele se depara com uma demanda maior do que a oferta do produto. “Disputamos cada pinhão. Têm empresas que querem exportar, mas não tem oferta”, diz.

Para conservar o produto para depois da época de colheita, alguns produtores utilizam câmaras frias para estocagem, semelhante às usadas na cultura da maçã, onde o pinhão pode ficar armazenado por cerca de dois meses. Mas são equipamentos caros e pouco usados ainda.

Alternativas

Para promover o viés produtivo da araucária - e consequentemente sua renovação -, em 2013 foi montado um grupo de trabalho (GT) no Paraná vinculado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cema) para trabalhar a construção de políticas públicas para esta espécie.

Em um primeiro momento foram ouvidos todos os segmentos de interesse: especialistas da academia, técnicos, representantes de setores econômicos ligados à atividade e órgãos de meio ambiente. Segundo a coordenadora do grupo de trabalho, Gracie Abad Maximiano, o objetivo da iniciativa é construir uma “política de Estado”, que, diferente de uma ação pontual, ou programa governamental, tem caráter permanente.

Segundo Gracie, ao longo dos trabalhos, o grupo elaborou três “respostas” para estimular a produção consciente de araucárias no Estado. A primeira foi uma mudança na resolução que estipulava as normas para a colheita do pinhão no Estado.

“Antes havia uma portaria do IAP que só estabelecia uma data. Readequamos essa data e definimos outros parâmetros. Não pode colher pinha verde, ou que não esteja em estado deiscente (pronta para cair)”, afirma.

Outra ação foi a construção de uma política pública específica para viabilizar os pomares de pinhão. “Levar essa possibilidade como alternativa de renda para pequenas propriedades, inserir o pinhão na merenda escolar e outras medidas”, diz Gracie. Segundo ela, esta proposta deve ser levada para a câmara técnica do Cema e, caso aprovada, pode ser encaminhado ao legislativo paranaense para tornar-se lei.

O grupo também elaborou um Projeto de Lei, que posteriormente foi transformado em uma resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e pode ser assimilado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para nortear as políticas em relação à exploração da araucária. Segundo a coordenadora do GT, a proposta tem o mesmo enfoque das outras ações: construir uma política para a exploração racional do pinhão, em sintonia com o homem do campo e protegendo o meio ambiente. Quem sabe assim, a árvore deixa de ser uma espécie maldita para tornar-se orgulho e fonte de renda para o produtor.



O professor Flavio Zanette no viveiro de araucárias da UFPR: Pesquisa e trabalho pela sobrevivência da espécie

Enxertia da salvação

Pesquisa eleva produtividade da araucária e viabiliza pomares mais produtivos e precoces

O primeiro pomar plantado de araucária no Paraná é o da Estação Experimental do Canguiri, da UFPR, localizada no município de Pinhais, na RMC. Em funcionamento há três anos, ele possui 120 araucárias de matrizes selecionadas, que passaram por um processo de enxertia para produzir o pinhão precocemente e em grande quantidade.

Os enxertos são feitos em mudas de um ano. A técnica consiste em selecionar duas plantas: o “cavalo” que irá receber o enxerto e o “cavaleiro” que detém as características genéticas que se pretende reproduzir, de onde se extrai uma pequena parte para ser enxertada. Na visão do professor Flávio Zanette, da UFPR, a enxertia é uma das grandes possibilidades para a viabilização de uma cultura comercial bem sucedida de pinhão, salvando o pinheiro do Paraná da extinção.

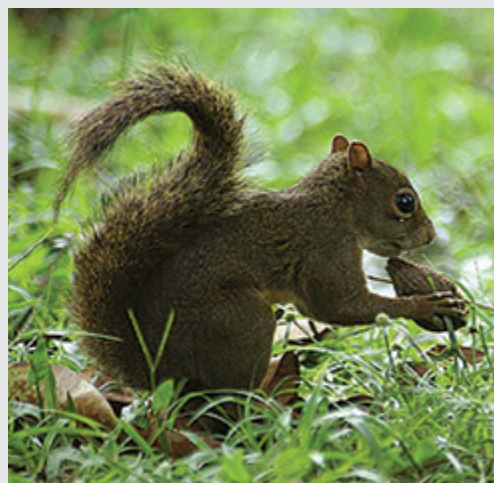
“Não plante qualquer muda”, adverte. As mudas desenvolvidas pelos pesquisadores têm rendimento superior e precocidade. Começam a produzir já aos 12 anos de idade. Aos 20 anos podem render cerca de 50 pinhas por ano e a partir dos 30 anos 100 pinhas por árvore, o que dá uma média de 70 quilos de pinhão. Com 80 árvores em um hectare, a produção chega a 5.600 quilos. Além disso, é possível planejar o pomar para que tenha mais indivíduos fêmeas – que dão pinha – do que machos. Esta produtividade se manterá por mais de 100 anos.

Jardim clonal

Segundo Zanette, em breve a universidade irá contar com um jardim clonal, onde serão produzidas plantas que trazem o material genético de matrizes já selecionadas por anos. Neste jardim serão produzidas entre 200 e 300 plantas para enxertia já no próximo verão.

A técnica da enxertia para a produção de pinhões ganhou um importante apoio do SENAR-PR que produziu um material para divulgação da técnica. Intitulado “Enxertia de araucária para produção de pinhão”, o livreto de 16 páginas foi desenvolvido em 2014 para levar informações de enxertia para o curso de Recomposição de Vegetação Ciliar, oferecido pelo SENAR-PR, para capacitação de produtores e trabalhadores rurais em relação a técnicas para recompor a vegetação ao longo dos cursos d’água. Na ocasião, todos os instrutores do curso receberam instrução do professor Zanette – que assina a autoria do material - e passaram a replicar a técnica entre os produtores que realizam o curso.

O material pode ser acessado gratuitamente no site do Sistema FAEP/SENAR no link: <http://www.sistemafaep.org.br/publicacao/outras-publicacoes>.



Justiça com o Serelepe

Quando falamos em pinhão e Araucária como símbolos do Paraná, logo vem a reboque a imagem da gralha azul. O belo pássaro de plumagem celestial é conhecido como o grande responsável pela disseminação da planta, pois tem o costume de enterrar o pinhão, seu alimento.

O que poucos sabem, no entanto é que um dos maiores disseminadores das sementes de araucária é um pequeno esquilo que aqui no Brasil recebe o nome de Serelepe. Ele carrega os pinhões por longas distâncias e costuma enterrá-los de forma aleatória para comer mais tarde. Quando esquece do lanche, a semente germina e uma nova árvore nasce. Outro roedor com o mesmo hábito que ajuda na disseminação das sementes de araucária é a cutia. Portanto, já sabem, quando forem comer pinhão, lembrem-se de dar os devidos créditos a estes importantes animaizinhos.

“SENTA A PUA”

O Grupo de Caça da FAB que participou da Segunda Guerra

O Brasil declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, em 31 de agosto de 1942, empurrado pelos americanos e motivado pelo torpedeamento de cerca de 19 navios mercantes no litoral do país. Getúlio Vargas, o então ditador, queria reaparelhar o exército e impressionar principalmente a Argentina ao colocar o Brasil como o único país latino-americano na Segunda Guerra Mundial.

Além dos 25 mil combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Ministério da Aeronáutica, que havia sido criado em 1941, convocou o Major Nero Moura para formar, em dezembro 1943, o 1º Grupo de Aviação de Caça, o “Senta Pua” e a Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO).

Foi aberto um voluntariado e formado um Grupo de 350 homens, incluindo 32 pilotos enviados para a Escola Tática Aguadulce, na Flórida, para serem treinados como unidade de caça pela Força Aérea Americana (USAF), pilotando aviões Curtiss P-40 Flying Tiger.

Os demais, que trabalhariam em terra, foram para Albrook Field, Panamá. O treinamento dos pilotos do “Senta Pua” durou até junho de 1944, parte já no Panamá, e em 16 de julho os pilotos foram apresentados em Suffolk, Long Island, ao P-47-Thunderbolt, o caça mais moderno dos americanos.

Em 18 de setembro de 1944 a unidade embarcou no navio UST Colombie com destino a Itália, chegando no porto de Li-

vorno em 06 de outubro de 1944. Os brasileiros ficaram estacionados na Base Aérea de Tarquinia e iniciaram as operações em 31 de outubro de 1944, sob a denominação “1st Brazilian Fighter Squadron”.

Em abril de 1945, no final da Guerra, o Grupo estava reduzido a 25 pilotos, alguns haviam sido mortos em combate e outros abatidos e capturados pelos alemães. O Grupo “Senta a Pua” voou um total de 445 missões e 5.465 horas de voo em combate, de 11 de novembro de 1944 a 4 de maio de 1945.

Os feitos do 1ºGpAvCa, nome oficial do “Senta Pua” durante a Campanha da Itália, foram enaltecidos no dia 22 de abril de 1986. Nesse dia o Grupo recebeu, das mãos do embaixador dos EUA no Brasil, acompanhado do secretário da Força Aérea dos EUA, a Presidential Unit Citation (Air Force), concedida pelo governo norte-americano. Apenas o 1ºGpAvCa e duas unidades da Royal Australian Air Force - os Esquadrões 2 e 13 - foram agraciadas com tal comenda.



O símbolo dos pilotos de caça

O uso de um avestruz como símbolo dos pilotos de caça brasileiros remonta ao início da década de 40, quando pilotos brasileiros eram enviados aos Estados Unidos para buscarem as aeronaves adquiridas pelo Brasil, tanto de combate como de treinamento. A estada naquele país trouxe aos pilotos novidades quanto aos hábitos alimentares: feijão açúcarado (“baked beans”), ovos e leite em pó, dentre outros. O então Coronel Aviador, Geraldo Guia de Aquino comparou-os a um bando de avestruzes e o apelido pegou.



O letal P 47 Thunderbolt

Segundo historiadores da aviação militar, o Republic P-47 Thunderbolt foi um dos maiores caças-bombardeiro monomotor a pistão, tanto no tamanho quanto no histórico de serviços prestados. Era um avião letal para os inimigos com seu grande poder de fogo em missões de caça e escolta, atacando os alvos de oportunidade como trens, blindados, aviões em terra, depósitos de munições, além de proteger seus pilotos com sua blindagem para o cockpit e sua extrema resistência estrutural.

Muitos pilotos deveram sua vida à capacidade de o P-47 absorver os tiros de seus adversários e mesmo estando bastante avariado conseguir trazê-los de volta. Era armado com oito metralhadoras Ponto 50 e tinha a capacidade de carregar até 1.130 quilos de bombas ou foguetes. Velocidade máxima: 697 km/h; Autonomia de voo: 1.290 km; Peso: 4.536 kg; Envergadura: 12 m; Comprimento: 11m.

O P-47 na Praça do Expedicionário



Em Curitiba, a Praça do Expedicionário é popularmente conhecida como a Praça do Avião. O avião de caça, um P-47 Thunderbolt1, é uma rara relíquia preservada que foi originalmente empregada pelo 1º Grupo de Caça na Itália.

A aeronave encontra-se diante do Museu do Expedicionário graças à iniciativa e empenho do ex-combatente da FAB, o Sargento Eronides João da Cruz, que através do apoio do Brigadeiro e ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, conseguiu ali instalá-lo, em 23 de outubro de 1969 (Dia do Aviador).

Gripen NG, o novo caça da FAB

Em outubro de 2014, o governo brasileiro assinou com a sueca SAAB um contrato de aquisição de 36 caças Gripen NG para a Força Aérea Brasileira (FAB). São 28 unidades monoplace (um lugar) e oito biplace (dois lugares para treinamento) e vão custar US\$ 5,4 bilhões (cerca de R\$ 16 bilhões),

Eles serão baseados na Base Aérea de Anápolis, a 150 quilômetros de Brasília, e começarão a ser entregues em 2019. No ano que vem a SAAB planeja fazer a apresentação do protótipo do caça.

O futuro caça da FAB tem 8,6 m de envergadura da asa; 14,1 m de comprimento; pesa 16,5 toneladas na decolagem; tem autonomia de 1.300 km armado ou 4 mil km desarmado; atinge a uma velocidade de até 2.400 km/h (duas vezes



a velocidade do som). Se voasse nessa velocidade, desarmado, cumpriria a distância entre Curitiba e Brasília (1.276 km) em cerca de 30 minutos.

A FAB conta hoje com 53 modelos A-1 AMX (avião de ataque ar-superfície e reconhecimento) e 57 F-5EM Tiger (avião de caça multimissão). Os Gripen suecos vão substituir os caças Mirage que já pararam de voar. Na Amazônia e Mato Grosso do Sul há esquadrões com Super Tucanos, da Embraer.

Olho na preservação do solo

Nova portaria da Adapar fixa roteiro em caso de infração

Por Hemely Cardoso



Desde 23 de dezembro de 2014 está em vigor a Portaria nº 272 da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que trata da fiscalização do cumprimento da legislação paranaense de conservação do solo agrícola pelo seu uso adequado. Pela nova normativa, o produtor quando é notificado pelo uso inadequado do solo tem o prazo de até 30 dias para apresentar à Adapar o laudo

técnico ou o planejamento conservacionista de solos e água. Anteriormente, através da Resolução nº 66, de 2001, esse prazo era de 10 dias. Em entrevista a este Boletim Informativo, a engenheira-agrônoma Caroline Teixeira Marçal, coordenadora do Programa de Fiscalização do Uso do Solo Agrícola da Adapar, explica as principais alterações que ocorreram com a edição da nova Portaria.

Boletim Informativo – O que vai mudar para o produtor rural?

Caroline Teixeira Marçal – Havia a necessidade de fazer algumas atualizações e melhorar alguns pontos na legislação. As maiores alterações ocorreram em relação aos prazos para atendimento da notificação, passando de 10 para 30 dias. Além disso, a Portaria traz roteiros para o responsável técnico, que assiste ou é contratado pelo produtor, elaborar tanto o laudo técnico como o planejamento conservacionista de solos e água. Ambos devem ser firmados por responsável técnico habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e estar acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Após a execução das obras conservacionistas o responsável pelo dano deve apresentar à Adapar a ART de execução devidamente baixada no CREA, o que significa que as obras e práticas conservacionistas recomendadas foram executadas.

BI – E quando o produtor deve apresentar o planejamento conservacionista?

Caroline – O planejamento conservacionista deve ser apresentado quando é necessária a execução de obras de engenharia agrônoma que impliquem em um cronograma de execução detalhado. No caso do planejamento conservacionista, o responsável técnico vai apresentar um diagnóstico da atual situação da proprie-

dade, indicando as causas relacionadas aos problemas e, principalmente, as ações e obras com suas especificações técnicas a serem executadas, além de um cronograma com prazos para implantação dessas obras.

BI - Por exemplo, um produtor que é notificado por um problema de erosão na propriedade. O que ele deve fazer?

Caroline – A partir do momento em que nosso fiscal vai até a propriedade e constata um problema de erosão, os responsáveis pelo dano ao solo agrícola são notificados para que apresentem alternativamente, no prazo de até 30 dias, um laudo técnico atestando que o problema foi sanado ou um planejamento conservacionista de solos e água. O notificado deve procurar um responsável técnico, devidamente habilitado no CREA, para que elabore o laudo técnico ou o planejamento conservacionista. Esse responsável técnico deverá recolher uma ART, que ao término da execução das obras previstas deverá ser baixada no CREA e uma cópia desta baixa deverá ser apresentada na Adapar. Após a apresentação, o fiscal da Adapar vai até a propriedade fazer fiscalização de conclusão para se certificar que as obras foram realmente executadas e se o procedimento pode ser encerrado.

BI - O que acontece com o produtor que não apresentar o laudo técnico ou o planejamento de conservação dentro do prazo determinado pela Adapar?

Caroline – Caso ele não tenha solicitado prorrogação de prazo, com justificativa técnica, é lavrado o auto de infração. O responsável pelo dano ao solo agrícola tem 15 dias para apresentar sua defesa à Adapar, que pode ser tanto o laudo técnico como o planejamento conservacionista. As penalidades variam desde advertência até a aplicação de multa. O valor desta multa varia de cinco a 17 Unidades



Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF/PR), dependendo de diversos parâmetros, como o tipo de erosão, as circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como a área de solo prejudicialmente atingida.

BI – Pela nova Portaria, o produtor deve contratar um engenheiro-agrônomo para elaborar o laudo ou o planejamento conservacionista. Caso ele não tenha recursos financeiros, quem vai pagar a conta?

Caroline – O produtor vai procurar a assistência técnica que lhe cabe, que pode ser através de cooperativas ou da Emater.

BI – Nós ouvimos o relato de um produtor que foi notificado por problema de erosão na propriedade. Entretanto, segundo ele, isso ocorreu devido à má manutenção da estrada rural. Como a Adapar vai agir nesses casos?

“O solo é patrimônio nacional e cabe ao Estado, proprietários, arrendatários e à comunidade preservá-lo para que as futuras gerações possam fazer uso deste recurso que é degradável, limitado e finito, sob condições de uso e manejo inadequados”.

Caroline – Nesse caso, o fiscal da Adapar vai avaliar quem são os responsáveis pelo dano. Assim como o produtor foi notificado, a prefeitura também pode ser notificada se for responsável pela manutenção da estrada rural. Todos os responsáveis pelo dano, sejam eles proprietário, arrendatário, posseiro, prefeitura ou DER, serão notificados. No caso do DER, o órgão deverá apresentar um projeto de engenharia de adequação daquela rodovia para levar essa água de forma adequada para dentro das áreas de solo agrícola.

BI – O SENAR-PR, em parceria com a Adapar, está elaborando um curso piloto para a execução de projetos de uso, manejo e conservação do solo agrícola. Faltam profissionais para a elaboração dos projetos?

Caroline – Estamos recebendo pedidos de prorrogação de prazo para as entregas dos laudos e dos planejamentos conservacionistas, pois muitos dos produtores notificados relataram ter dificuldade em encontrar profissionais para elaborar os projetos. Com o objetivo de auxiliar o produtor, a Adapar, juntamente com o SENAR-PR, irá promover cursos de capacitação de responsáveis técnicos para elaborar estes projetos.

BI – Qual é o volume de trabalho da Adapar na fiscalização de uso de solos?

Caroline - Além das outras atividades inerentes à sanidade vegetal, o programa de fiscalização do uso do solo agrícola demanda grande trabalho por parte dos fiscais de defesa agropecuária. No ano passado ocorreram 513 denúncias em relação à fiscalização de solos, acarretando 633 notificações, dos quais 72 casos resultaram em autos de infração. Em 2015, até o dia 15 de abril, 203 denúncias foram registradas, a maioria nas regiões de Campo Mourão, Umuarama, Toledo, Maringá e Paranavaí. A Adapar espera fazer

um trabalho de conscientização através de campanhas com o objetivo de orientar os produtores em relação às práticas conservacionistas. Outro ponto relevante é que o produtor faça a manutenção dos sistemas conservacionistas. Não adianta apresentar um projeto e depois de um ou dois anos abandonar as práticas conservacionistas.

BI – O Paraná está na frente quando se trata do uso de solos?

Caroline – Nós já estivemos na frente. Há a necessidade da interação entre todas as partes envolvidas nas questões de uso, manejo e conservação do solo. É necessário reacender as discussões sobre o tema para que o produtor possa utilizar o solo de uma maneira sustentável. No que se refere à legislação do uso do solo, o Paraná foi o pioneiro, entretanto, paramos no tempo. A lei foi criada em 1984 e regulamentada no ano seguinte, porém ela precisa ser atualizada porque, de lá para cá, muita coisa mudou, muitos avanços tecnológicos aconteceram. Tivemos programas excepcionais em relação à conservação de solos, mas que com o tempo foram sendo abandonados.

BI – Qual é o principal desafio para o produtor rural em relação à conservação do solo?

Caroline – Hoje você pergunta ao produtor se ele está adequado ambientalmente e ele responde: 'Sim, eu tenho Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente'. E quando você vai até a propriedade dele encontra problemas de erosão, devido ao mau uso do solo agrícola. Alguns conceitos estão equivocados, por isso acredito que o maior desafio é mostrar ao produtor

a necessidade de conservar e usar de forma adequada esse solo. Além disso, é necessário ainda lembrar que o solo tem como uma de suas principais funções armazenar a água, que é fundamental para atividades econômicas como a produção de alimentos, a criação de animais, a irrigação, dentre outras. O solo é patrimônio nacional e cabe ao Estado, proprietários, arrendatários e a comunidade preservá-lo para que as futuras gerações possam fazer uso deste recurso que é degradável, limitado e finito, sob condições de uso e manejo inadequados.

BI – Com a nova Portaria, os produtores acreditam que o processo de fiscalização se tornou mais burocrático porque eles irão precisar ser mais detalhistas na hora de entregar o laudo ou o planejamento. Qual é a sua avaliação em relação a isso?

Caroline – Acredito que facilitará para o produtor e para o responsável técnico contratado, pois com a Portaria estabeleceu-se um roteiro mínimo, possibilitando que o profissional elabore um projeto que tenha condições de ser efetivo e que resolva o problema de solo da propriedade.



Agronecorde

O agronegócio vem obtendo sucesso num ambiente hostil em que outros setores, especialmente a indústria, vêm quebrando a cara. Avança a despeito da política econômica, muitas vezes predatória.

Celso Ming

Neste ano a agricultura brasileira deverá ultrapassar um marco histórico. Produzirá mais de 200 milhões de toneladas de grãos, entendidos como tais cereais: leguminosas e oleaginosas.

Há pelo menos 40 anos, o Brasil deixou de ser conhecido apenas pelas suas monoculturas: café e cana. É hoje referência mundial num setor complexo, mais comumente chamado de agronegócio.

Em apenas 10 anos, a produção de grãos aumentou 62% e a de cana-de-açúcar, 66%. Um dos mais notáveis feitos do agronegócio foi ter obtido esse aumento de produção de grãos com um crescimento de apenas 19,2% da área plantada, o que mostra o enorme incremento de produtividade.



Isso aconteceu não somente por meio de incorporação de tecnologias modernas de seleção de sementes, preparo de solo, plantio, armazenamento e processamento. Reflete avanço da mentalidade empresarial no setor, que abrange não apenas empresas, mas também a agricultura familiar.

Crítica recorrente que se faz à política econômica é a de que o Brasil não tirou proveito do último período de bonança, que se estendeu de 2002 a 2012, marcado pelo grande boom das commodities - e não só das agrícolas - graças, principalmente, ao forte movimento de inclusão da população asiática aos mercados de trabalho e de consumo. Isso não vale para o agronegócio. O produtor brasileiro do setor se capitalizou, mecanizou-se, aprendeu a operar tendo como referência o jogo do mercado internacional.

No Brasil, o agronegócio não é regado a subsídios, como acontece na maioria dos países ricos. Se conta com boa oferta de crédito é também porque é merecedor. Vem obtendo sucesso num ambiente hostil em que outros setores, especialmente a indústria, vêm quebrando a cara. Avança a despeito da política econômica muitas vezes predatória. Nos últimos dez anos, por exemplo, o governo sangrou o setor do álcool e do açúcar com sua política de represamento dos preços dos combustíveis. Nada menos que 60 usinas foram fechadas desde 2009, cerca de 70 estão em recuperação judicial e sabe-se lá quantas mal conseguem sobreviver.

Centros de decisão importantes do governo trabalharam contra o uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas) e atrasaram o desenvolvimento da Embrapa nessa área. O agronegócio se tornou um setor vencedor a despeito da infraestrutura sucateada ou inexistente, que atravança os corredores de exportação no auge da safra. Enfrenta o alto custo Brasil e segue batendo recordes, apesar do forte período de estiagem que assola várias regiões do país, a mesma que vem servindo de desculpa para lambanças e fiascos da política econômica.

Não se pode ignorar os graves problemas da desigualdade e da fome que ainda persistem no Brasil. Nem os desastres ambientais provocados por manejos irracionais dos recursos naturais, especialmente nas áreas de fronteira agrícola. Mas não dá para ignorar, também, que o sucesso do setor praticamente sepultou os problemas produzidos no passado pelo latifúndio e esvaziou os movimentos de reforma agrária

Publicado em 15/05 pelo colunista de "O Estado de São Paulo"

Capacitação do CAR

Desde a prorrogação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), anunciado no início de maio, o Sistema FAEP/SENAR-PR vem trabalhando sistematicamente para auxiliar os produtores do Estado a preencher corretamente o Cadastro. Foram e estão sendo realizadas diversas ações junto aos sindicatos rurais em todas as regiões do Estado, com objetivo de capacitar multiplicadores que poderão ajudar os produtores a efetuar o CAR.

Até agora, mais de dois mil facilitadores realizaram o treinamento pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. Entre os dias 19 e 20 de maio, 46 técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e 20 funcionários de prefeituras participaram da capacitação. Outras três turmas, com 60 participantes fizeram o treinamento nos dias 21 e 22 do mesmo mês.



Mandioca: medidas urgentes

A FAEP encaminhou documento ao MAPA no dia 20 fevereiro e, até o momento, nada mudou



Desde fevereiro deste ano, a FAEP está reivindicando ao governo federal ações urgentes para a cultura da mandioca no Paraná. No último dia 15 de maio, encaminhou novamente um ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitando medidas de apoio para socorrer o setor. Entre elas, a correção de 30% no preço mínimo de garantia da raiz e seus derivados, e sua implementação imediata como forma de garantir o escoamento dos excedentes de produção. O primeiro ofício foi encaminhado ao MAPA no dia 20 fevereiro e, até o momento, nada mudou. O governo prometeu a liberação de recursos para o setor, mas, por enquanto, nenhum centavo foi liberado.

Baixos preços e o excesso de mandioca no mercado agravam a situação dos produtores rurais. A tonelada da mandioca está sendo comercializada a R\$ 180,70 em algumas regiões do Estado, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). O preço é menor que a média do mês de abril, que foi de R\$194,02 por tonelada, e inferior aos custos de produção, estimados em R\$215,70 por tonelada. O valor também é 43% menor do que aquele pago em abril de 2014.

Conforme se intensifica a colheita no Estado, se agravam esses problemas. Algumas indústrias não estão realizando a compra da raiz alegando grande volume em estoque e baixa demanda pelo mercado. De acordo com o presidente da Câmara Setorial da Mandioca, Ivo Pierin Júnior, a situação vem se agravando e os preços continuam caindo. “Estamos aguardando a promessa do governo na liberação de recursos”, disse.

Medidas

Diante desse cenário, a FAEP solicitou novamente as seguintes medidas:

1. Aumento dos Preços Mínimos de Garantia em 30% para a raiz e derivados considerando que a última atualização foi em 2013, e desde então ocorreram altas significativas nos custos de produção;
2. Viabilização de recursos na modalidade AGF para a aquisição de 20.000 toneladas de farinha de mandioca e 20.000 toneladas de fécula no Paraná;
3. Aquisição de 5.000 toneladas de derivados e de 10.000 toneladas de farinha de mandioca para a merenda escolar e compra institucional;
4. Prorrogação dos financiamentos agrícolas do setor desta safra sem impedimentos para contratação de novos financiamentos;
5. Implantação do Programa de Garantia e Sustentação de Preços, como forma de garantir o escoamento dos excedentes de produção;
6. Intervenção do governo para estimular as exportações e abertura de novos mercados para os derivados de mandioca, medida que contribuiria com a balança comercial do país.

Reativada Frente parlamentar do Setor Sucroenergético



Presidida pelo deputado federal Sérgio Souza (PMDB-PR), foi reativada no último dia 07, em Brasília, a Frente Parlamentar do Setor Sucroenergético. Diante da crise vivida pelo setor sucroenergético, o movimento tem o objetivo de apresentar melhorias e aproximar os produtores e as políticas públicas para desenvolver a área.

Na oportunidade foi lançado um manifesto em defesa do setor e uma agenda legislativa, contendo os projetos prioritários para este ano no Congresso Nacional. Para Sérgio Souza, “ao reativarmos a Frente Parlamentar estamos garantindo ao país e ao setor um grande avanço nas relações pessoais entre o poder público e esta importante área, bem como a valorização do trabalho desenvolvido por um setor essencial para a economia brasileira”.

O Paraná possui 27 empresas de bioenergia em atividade num mercado onde as perspectivas não são muito favoráveis. É o 4º produtor de cana do Brasil, depois de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Segundo o presidente da Associação de Produto-

res de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar), Miguel Rubens Tranin, “a maioria das empresas do setor estão há quatro anos vivendo o mesmo problema: estão endividadadas. Há uma crise instalada no Brasil, que prejudica o avanço desta área”.

Outros pontos problemáticos dentro do Estado, segundo Tranin, são as questões tributárias, as normativas de áreas de arrendamento e também o estímulo financeiro para amenizar a crise.

Biomassa

A Frente Parlamentar do Setor Sucroenergético”, disse o deputado Sérgio Souza, “tem o compromisso de trabalhar pela inclusão de medidas que deixem claras as questões financeiras e tributárias para o setor”. Além da produção do etanol, a cana-de-açúcar, através da biomassa, pode ser uma alternativa para a geração de energia em todo o Brasil. No Paraná, esta área também está em desenvolvimento. São sete empresas que cogeram energia, produzem 750 mil megawatts e a intenção é chegar a três gigawatts.

Para superar a fragilidade do sistema elétrico brasileiro, o sistema precisa se reinventar e a geração com a biomassa é uma excelente alternativa, lembra o presidente da Alcopar. “A utilização das hidrelétricas demonstrou fragilidade com os grandes períodos de seca. As termoeletricas comprovaram, mais uma vez, como fica alto o custo da energia utilizada desta maneira. Podemos usar meses com maior produção de cana (junho, julho e agosto), para gerarmos mais energia, justamente quando são os períodos de fragilidade das hidrelétricas”, esclareceu Tranin.

Sérgio Souza acrescenta que “estamos assistindo cada vez mais, os grandes períodos de dificuldade que enfrentam as hidrelétricas com os grandes períodos de seca. A cogeração de energia a partir da biomassa vem para ajudar e dar segurança ao sistema energético, além de ser uma opção ambientalmente correta e bem vista por todo o mundo”. A energia a partir da biomassa representa um terço o custo das termoeletricas.

Adapar promove cursos de Certificação Fitossanitária

Habilitará engenheiros-agrônomos e florestais, no Iapar, em Londrina



I Semana Integrada de Cursos, no ano passado

Entre 29 de junho e 03 de julho a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) realizará no Centro de Difusão de Tecnologia (CDT) do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Londrina, a II Semana Integrada de Cursos para Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC).

O objetivo é capacitar engenheiros-agrônomos e engenheiros-florestais, em suas respectivas áreas de competência profissional, tornando-os aptos para a emissão desses Certificados, de acordo com a Instrução Normativa MAPA no 55/07.

O CFO ou CFOC fundamentam a emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) pela ADAPAR, atestando a origem e condição fitossanitária dos produtos certificados, possibilitando o acesso deles a mercados que impõem restrições ao seu livre trânsito.

Serão oferecidos módulos de orientação geral, em que serão abordados temas relacionados à legislação, trânsito de vegetais e sistema informatizados utilizados pela Adapar. Haverá também módulos de orientação específica, abordando aspectos biológicos, identificação, prevenção e controle de pragas das culturas do pinus, soja, café, citros, rosáceas, banana e uva.

Inscrições

As inscrições podem ser feitas pelo site www.adapar.pr.gov.br, clicando no banner “Cursos Certificação Fitossanitária de Origem” à direita da tela, onde também estão disponíveis maiores informações sobre o evento. Outras informações podem ser obtidas com o fiscal de Defesa Agropecuária Juliano Farinacio Galhardo pelo e-mail julianogalhardo@adapar.pr.gov.br.

A programação dos módulos

29/06 a 02/07/15 – Orientação Geral:
Legislação Fitossanitária

30/06/15 - Orientação Específica:

Pragas do Pinus/ Pragas da Soja e Café

01/07/15 - Orientação Específica: Pragas dos Citros

02/07/15 - Orientação Específica: Pragas das Rosáceas

03/07/15 - Orientação Específica: Pragas da Banana e Uva

Parceiros

Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Florestas | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Soja | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Uva e Vinho | Instituto Federal do Paraná – IFPR | Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/ SFA - PR | Secretaria da Administração e da Previdência – Escola de Governo do Paraná | Universidade Estadual de Maringá – UEM

Paranaguá: soja bate recorde histórico

Novos carregadores aceleram operação portuária e Porto de Paranaguá escoou 1,476 milhão de toneladas de soja



Os dois novos shiploaders do Porto de Paranaguá

A exportação de soja pelo Porto de Paranaguá bateu o recorde histórico de movimentação mensal em abril deste ano. Ao longo do mês passado, o porto escoou 1,476 milhão de toneladas de soja, superando o recorde anterior de 1,447 milhão de toneladas, registrado em março de 2014 em 2%.

Em relação a abril de 2014 a diferença é ainda maior: 6%. A marca é resultado do aumento de produtividade nas ope-



Luiz Henrique Dividino, diretor presidente da APPA

rações de grãos em Paranaguá. “Em março tivemos a inauguração de dois novos shiploaders, que representam bem a nossa preocupação em dar mais agilidade ao usuário do porto”, afirma o diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino. O resultado foi conquistado apesar de o mês ter registrado mais de 140 horas de chuvas, que paralisaram a operação.

Mais Capacidade

Os novos carregadores têm capacidade nominal de carregamento 33% maior do que os antigos equipamentos da década de 70. Com isso, o Corredor de Exportação do porto aumentou a velocidade de operação, de 1,5 mil para 2 mil toneladas por hora. Outros dois shiploaders novos já estão sendo montados no Corredor de Exportação e passarão a funcionar no mês de agosto.

A Appa investiu R\$ 59 milhões na aquisição dos equipamentos. O investimento fez parte de um pacote de R\$ 511 milhões aplicados no Porto de Paranaguá de 2011 a 2014 em obras de melhoria, infraestrutura e novos projetos.

Açúcar

Ao longo do mês, foram exportadas 237 mil toneladas do produto, vinte vezes mais que o volume movimentado no mesmo período do ano passado, quando foram exportadas 10 mil toneladas.

Fonte: APPA



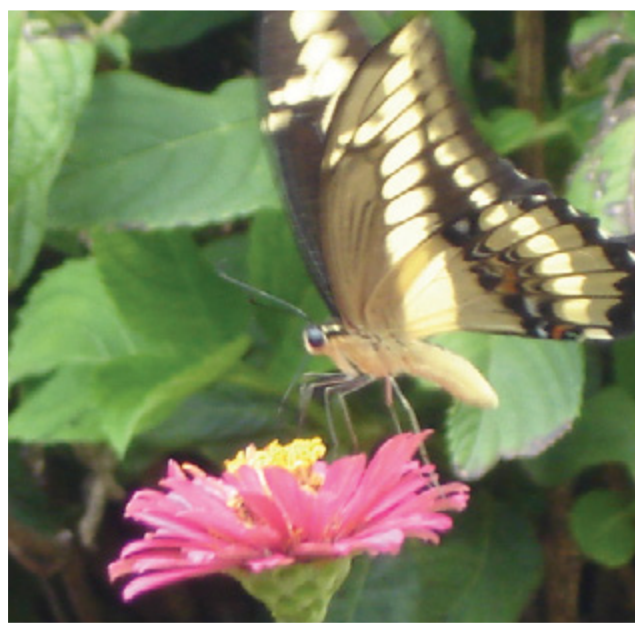
Kate - A simpática aí da foto, de língua de fora, é a Kate, companheira inseparável do Giovani Fredericos, que a flagrou na Fazenda Santônio, em Ibiporã (PR).

Giovani Fredericos - Ibiporã - PR



Maravilha - Olha só que beleza a foto tirada pelo Rogério Junior Pivato, na plantação de soja da Fazenda RS, em Paraíso do Norte. O Secretário Executivo do Sindicato Rural de Paraíso do Norte, Paulo Alan Marchi enviou o flagrante e resumiu: “é uma demonstração das maravilhas que a natureza realiza em nosso meio. Gostaria que fosse divulgado no Boletim Informativo”. Pronto, Paulo, está nas páginas do BI.

Paulo Alan Marchi - Paraíso do Norte - PR



Pouso - A Suzan Miyuki Fujimori, de Uraí (PR) captou o momento em que a borboleta fazia seu suave pouso na flor.

Suzan Miyuki Fujimori - Uraí - PR



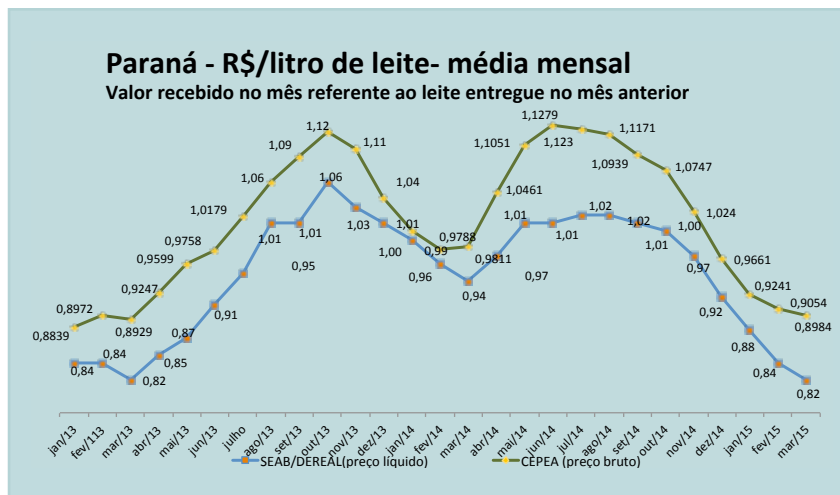
Amor da Terra - “Levei mais de duas horas esperando e consegui fazer a foto desse casazinho de canários da terra, aqui em Guajuvira, ao lado do Rio Iguaçú”.

Estanislau Duppa - Araucária - PR

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 19 de maio de 2015 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em abril de 2015 e a projeção dos valores de referência para o mês de maio de 2015, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2015

Matéria Prima	Valor projetado em abril/2015	Valor Final abril/2015	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7897	0,7872	-0,0025

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2015 E PROJETADOS PARA MAIO/2015

Matéria Prima	Valor final abril/2015	Valor projetado maio/2015	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7872	0,8051	0,0179

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas/ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de abril de 2015 é de R\$ 1,6917 / litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 19 de maio de 2015

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice - Presidente

SENAR-PR: Novos instrutores e cartilha de Armazenista

A busca pelo curso de Armazenista fez o SENAR-PR aumentar de dois para sete o número de instrutores capacitados nessa área, e aprofundar os conteúdos no material pedagógico entregue aos participantes. A formação desses novos instrutores ocorreu entre 04 a 08 de maio, com 40 horas de duração, em uma parceria com a Cooperativa Castrolanda, que cedeu o espaço para as aulas teóricas e as instalações para as aulas práticas em sua unidade matriz no município de Castro. No total participaram 10 profissionais, sendo sete instrutores e três técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR.

A nova cartilha do curso de Armazenista estará disponível no segundo semestre para os produtores e trabalhadores rurais que fizerem o curso. Os temas abordados são: 1) Segurança; 2) Recebimento de grãos; 3) Secagem; 4) Limpeza; 5) Transporte; 6) Armazenagem/instalações (orientação de operação da estrutura); 7) Conservação, e 8) Expedição de grãos do local armazenado.

Para atualização da cartilha, o SENAR-PR contou com

outro parceiro a Kepler Weber, empresa especializada na construção de silos. Por meio de cooperação técnica, a empresa cedeu diversas imagens de plantas de engenharia de modelos de silos, secadores, transportadores, canalizações e diversos equipamentos do complexo de armazenagem.

As aulas foram ministradas pelo engenheiro-mecânico, Flavio Heming, que atua como consultor de projetos de estruturas, secadores e armazenagem de grãos.



UFPR - Empresa Junior para produtores

Há dois anos alunos do curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) se revezam na gestão da Semear – Consultoria Júnior. Trata-se de uma empresa, sem fins lucrativos, que presta serviços de assistência técnica a produtores rurais de Curitiba e Região. A empresa possui, além da presidência, quatro diretorias: Marketing/Comunicação; Gestão de Pessoas; Administração/Financeiro e Projetos.

Os produtores rurais interessados em entrar em contato com os alunos podem enviar email: semear@ufpr.br ou pelo facebook: SemearConsultoriaJr. Os valores cobrados pela empresa correspondem a um terço dos valores da tabela do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná e são utilizados no deslocamento dos alunos até às propriedades.



Casa em Ordem

O Consultor e engenheiro-agrônomo da FAEP, Dalton Celeste Rasêra, realizou palestra no último dia 11, a produtores e empreendedores rurais convidados pelo Sindicato Rural de Marialva no calendário do Programa Casa em Ordem. Os temas principais das abordagens destaque foram o Cadastro Ambiental Rural e o novo cadastro do INCRA/DP. O roteiro prosseguirá por mais de 30 municípios até setembro próximo.



RIBEIRÃO DO PINHAL



Gestão de pessoas

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou o curso de Gestão de Pessoas - Comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 14 produtoras com a instrutora Carmen Mercedes Zuan Benedetti.

SERTANÓPOLIS



Gestão de pessoas

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou em parceria com o Departamento de Assistência Social Municipal, nos dias 30 e 31 de março, o curso Gestão de Pessoas – Comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 16 produtores com a instrutora Carmen Mercedes Zuan Benedetti.

CTA - IBIPORÃ



Tratorista

O Centro de Treinamento Agropecuário de Ibirorã realizou no período de 06 a 17 de abril o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - Tratorista Polivalente – Avançado. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Adelar Cagnini.

PALOTINA



Gestão de pessoas

O Sindicato Rural de Palotina realizou nos dias 09 e 10 de abril o curso de Gestão de Pessoas – comunicação e técnicas de apresentação. O evento contou com a participação de dirigentes do sindicato e familiares de produtores rurais totalizando 15 participantes. A instrutora do grupo foi Maria José Andreacci Zuleger.

GUARAPUAVA**Piscicultura**

O Sindicato Rural de Guarapuava entregou aos produtores associados, no dia 28/04, em sua sede a encomenda de alevinos de diversas espécies comerciais e ornamentais. Na parceria, entre o sindicato e a empresa Piscicultura Progresso, os alevinos são adquiridos por um preço especial e os produtores recebem orientação técnica.

CIANORTE**Tratorista**

O Sindicato Rural de Cianorte realizou dois cursos de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) – Tratores e Implementos, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná: De 06 a 10 de abril com a participação de 11 trabalhadores e de 13 a 17 de com 12 participantes. Nos dois grupos o instrutor foi Lucas David Schemberger.

Posses**CURIÚVA**

O Sindicato Rural de Curiúva empossou sua nova diretoria. Foram eleitos: Luiz André Boraneli, presidente; Luiz Boraneli, vice-presidente; Marcio Rogério Boraneli e Orlando Avanco Neto, secretários; e José Antônio Boraneli e Clelio Lara como tesoureiros.

IVATÉ

No dia 10 de março o Sindicato Rural de Ivaté empossou sua nova diretoria. Foram eleitos: Júlio Cesar Meneguetti, presidente; Jaime Meneguetti, vice-presidente; Dirceu Silveira Dias, secretário; e Claudino Renon como tesoureiro.

CANTÚ

O Sindicato Rural de Nova Cantú empossou sua nova diretoria. Foram eleitos Ademir Borgio, presidente; João Luiz Borgio, vice-presidente; Nelson Negretti Stranhiei, secretário; e Reinaldo Bonotto como tesoureiro.

PARANACITY

No dia 03 de abril foi empossada a nova diretoria do Sindicato Rural de Paranacity. Foram eleitos: Aldo Hashimoto, presidente; Werner Paulo Oesterle e Sidney Yoshikazi, vice-presidentes; José Angelo Barbieri e Arnaldo Cortez, secretários; e Francisco Carlos Reboças e Francisco Bruneli como tesoureiros.

TURVO

O Sindicato Rural de Turvo empossou a sua diretoria. Foram eleitos: Osvaldo Venski, presidente; Joel Schulze, vice-presidente; Moises da Silva Marcondes, secretário e Hilton Rickli como tesoureiro.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Mundo animal

1 - As plantas que sobrevivem no deserto são tolerantes à seca e ao sal. Elas armazenam água no caule, na raiz e até nas folhas. Algumas possuem raízes bem longas para alcançar lençóis freáticos.

2 - Apesar de respirarem pelos pulmões, os lagartos conseguem ficar até 30 minutos debaixo d'água. E seus "superpoderes" não param por aí. Eles são capazes de correr 4,5 metros na superfície da água, até afundarem e exibirem suas habilidades de nadador.



Diferença

Dor de cabeça nada tem haver com dor no cérebro, porque este não dói. A cefaleia ou dor de cabeça, é ocasionada pelo incômodo nos músculos, vasos sanguíneos e meninges. Os músculos em torno da cabeça e do pescoço também levam à dor.



O hífen

Sejamos sinceros, mas a reforma ortográfica veio para complicar. Mas vai uma dica sobre o uso do hífen. Ele deve ser usado quando o prefixo (primeira palavra) termina em vogal e a segunda palavra começa com a mesma vogal. Por exemplo: anti-inflamatório; micro-ondas.

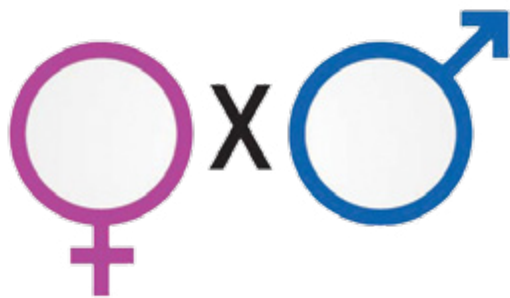
Penitência

A escadaria do Santuário de Bom Jesus do Monte, em Braga, Portugal, é notável pelos 1001 degraus. O templo foi construído no alto de um morro. Como não há elevadores, os devotos precisam subir todos esses degraus para chegar até lá. A vantagem é que a penitência de subida é tanta que o fiel já vai pagando seus pecados.



Fim do mundo

Não adianta chamar os bombeiros, o Sol vai engolir a Terra. Quando todo o hidrogênio for queimado, o Sol vai continuar por cerca de 130 milhões de anos queimando hélio. Durante esse tempo, ele poderá se expandir até o ponto de engolir Mercúrio, Vênus e a Terra, quando se tornará uma gigante estrela vermelha.



Demografia

Em três Estados brasileiros, existe um empate entre o percentual de homens e de mulheres, segundo o IBGE. São os casos do Acre, Mato Grosso e Goiás, com 50% de cada time. O Paraná tem 51,2% de mulheres e 48,8% de homens.

Arroto chinês

As regras de etiqueta variam de acordo com a cultura dos povos. Na China, não arrotar na mesa, logo após a comida, significa que não se apreciou a refeição. No Brasil, manda a cortesia que se abra a porta para o visitante sair. Na Europa Oriental, seria descortesia. Teria o significado de “ponha-se daqui pra fora”.



Cemitério de navios

Truk Lagoon, conhecido como Chuuk – é o nome de um grupo de ilhas tropicais e paradisíacas nos Estados Federados da Micronésia (são 600 ilhas), na Oceânia. Entre os cenários para aventuras submarinas estão mais de 50 naufrágios importantes da Segunda Guerra Mundial, que estão no fundo do mar. Num ataque americano à frota japonesa, foram dizimados 60 navios e 275 aviões, afundando-os, no que é considerado o maior cemitério de navios do mundo.



Metro x polegada

Na Convenção da Revolução Francesa de 7 de abril de 1795 havia um decreto relativo a pesos e medidas. Para criar o sistema métrico decimal os cientistas Delambre e Méchain definiriam o metro como sendo a décima milionésima parte de um quarto do meridiano terrestre, ou seja, dividiu-se o comprimento do meridiano por 40.000.000. Na prática, o novo sistema métrico levou anos para se impor em todo o mundo. Ainda hoje, países como os Estados Unidos e a Reino Unido, utilizam um sistema distinto do métrico decimal, porque na época da Revolução Francesa, a Inglaterra não engolia a França nem sua Revolução, e os Estados Unidos eram uma colônia inglesa.

Cuidado



A água oxigenada tem um átomo de oxigênio a mais. Forma-se, assim, o peróxido de hidrogênio (seu nome científico), ou H₂O₂. “É uma substância bem perigosa, que pode causar sérias lesões na pele se utilizada pura. Só é usada nesse estado por profissionais em laboratórios químicos. A água oxigenada vendida como antisséptico em farmácias vem diluída em água comum, com sua concentração classificada em volumes - o mais fraco é o volume 10, para aplicação caseira, enquanto o 20 é mais utilizado em hospitais.

O NARCISISTA

Popularmente são conhecidos como “pais de Deus” ou “reis da cocada preta”, com fortes doses de chatice. Em seus dicionários não constam nem generosidade ou humildade. Estamos falando do narcisista, caracterizado pelo amor doentio à própria pessoa. Frederico Mattos, psicólogo clínico paulista, escritor e provocador como se define, avaliou esse transtorno de personalidade de muita gente, mas que ainda não foi dimensionada pelo IBGE. Certamente, você já conviveu ou convive com alguém narcisista. Se não, confira:

- O narcisista está sempre no jogo ganha-perde, competindo com as pessoas para se sobrepôr em alguma área, mesmo que seja daquele que mais faz caridade.

- Evita eventos ou situações inusitadas nas quais não tenha o repertório de comportamentos na manga.

- Costuma sentir uma insatisfação crônica – quando não tédio – porque nada atinge sua expectativa ideal de si, e nada é o suficiente.

- Com certa frequência acha que tem baixa autoestima, pois sendo perfeccionista, nada basta para satisfazer seu Olimpo performático. Não raro cai em “depressão” quando sua vida não alça o voo desejado.

- A ansiedade é uma companheira constante por querer controlar antecipadamente cada evento que catapulte seu jogo de vitória.

- Sua tortura constante é se comparar com todos estabelecendo onde está no ranking de competências pessoais. Se sente inferior (e raivoso) aos melhores e certa satisfação quando sabe que tem gente pior.

- O maior ponto cego de seus impasses com os outros é não conseguir ver como suas ações afetam os outros e mesmo que veja costuma não se importar e achar que tudo é um draminha.

- Subliminarmente, só se interessa por assuntos e pessoas que reforcem e potencializem suas ideias grandiloquentes. Aqueles que não aplaudem seus feitos com elogios, reconhecimentos ou reciprocidade serão descartados imediatamente.

- Nos compromissos, suas urgências são sempre as prioridades e pautas principais, ainda que não admita.

- O narcisismo é uma cegueira funcional que impede o portador de sair do seu próprio mundo para enxergar o quadro geral, diz Frederico Mattos.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br